

O PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO NO BRASIL HOJE: UMA ABORDAGEM MARXISTA

THE DEMOCRATIZATION PROCESS IN BRAZIL TODAY: A MARXIST APPROACH

Flávio Bezerra de Farias | flaviobezerradefarias@gmail.com | Professor Titular Aposentado do Departamento de Economia da Universidade Federal do Maranhão

Recebimento do artigo Setembro de 2022 **Aceite** Novembro de 2022

Resumo: Na abordagem crítica e revolucionária marxista, a democracia é um fenômeno situado no tempo e no espaço, relacionado dialeticamente com a luta de classes, tendo por eixo objetivo a divisão capitalista do trabalho. Por isso, o processo de democratização não deve ser abordado numa perspectiva positivista, podendo ocorrer regressão importante, como ilustra o caso brasileiro recente, em que o proletariado sofreu perdas na correlação de forças entre as classes sociais. No combate à exploração, à dominação e à humilhação do homem pelo homem, em vez de cair na reificação de um pêndulo oscilando entre autoritarismo e democratização, dentro da ordem, urge atualizar o processo de democratização socialista, contra a ordem.

Palavras-chave: Democratização; marxismo; crise; revolução.

Abstract: In the Marxist critical and revolutionary approach, democracy is a phenomenon situated in time and space. Therefore, the democratization process should not be approached from a positivist perspective, as an important regression may occur, as illustrated by the recent Brazilian case, in which the proletariat suffered losses in the correlation of forces between social classes. In the fight against exploitation, domination and humiliation of man by man, instead of falling into the reification of a pendulum oscillating between authoritarianism and democratization, within the order, it is urgent to update the process of socialist democratization, against the order.

Keywords: Democratization; Marxism; Crisis; Revolution.

1. INTRODUÇÃO

Na abordagem crítica e revolucionária marxista, que se utiliza aqui como referencial teórico-metodológico, a democracia não é um estado, conservado pelo respeito às regras formais da legitimação estatal (constitucional), um modelo ideal ou uma estrutura reificada (naturalizada e eternizada), mas uma experiência historicamente determinada. Trata-se de um processo de democratização (LUKÁCS, 1989, p. 13 et seq.), que corresponde à dinâmica da luta de classes, cujo eixo objetivo é a divisão capitalista do trabalho, enquanto essência socioeconômica dos aparelhos estatais. Por isso, engajadas na tentativa burguesa de resolução da crise estrutural, as contrarreformas do aparelho estatal e da constituição são elementos de um mesmo processo histórico de regressão do governo brasileiro¹, como forma fenomênica do Estado propriamente dito (essência), marcado pela reestruturação capitalista neoliberal (objetivamente), e pela nova correlação de forças entre as classes sociais desfavorável ao proletariado (subjetivamente). Além de ser estruturado, o Estado capitalista como um todo serve de premissa e mediação na totalização dos capitais numerosos, que se exprime como um silogismo (universalidade, particularidade e singularidade / homogeneidade, diferenciação e hierarquização), como segue:

Quadro 1 – Luta econômica horizontal

Luta econômica intercapitalista			
Capital industrial	Capital comercial	Capital financeiro	Exuberância financeira
Singularidade	Particularidade	Universalidade	
Essência			Aparência

Fonte: FARIAS (2020, p. 24), baseado em Marx (1976, L.III)

¹Regressão em termos de manutenção de empresas públicas, serviços públicos, direitos constitucionais etc. Longe de ser linear e repetitiva da história, como na adoção da metáfora mecanicista do pêndulo, a visão dialética e histórica busca as raízes do presente capitalista no passado e retorna ao presente como situação aberta para a experiência socialista do futuro.

Quadro 2 – Luta econômica vertical

Luta econômica de classes	Concorrência dos capitais	Homogeneidade	Essência
	Pluralidade dos capitais	Diferenciação	
	Fontes dos rendimentos	Hierarquização	
Desigualdade de renda			Aparência

Fonte: FARIAS (2020, p. 25), baseado em Marx (1976, L.III)

Atualmente, no Brasil, no contexto das lutas econômicas (vertical e horizontal), a retomada de experiências capitalistas neofascistas não significa um movimento histórico repetitivo pendular entre situações burguesas de autoritarismo e democratização, como dois polos de uma mesma reificação², que traz no seu bojo a ideologia da ausência de alternativa ao capitalismo (com suas crises periódicas), que se tornou a ideologia dominante no Brasil da Nova República.

Potencialmente, como classe para si, o proletariado é o principal antagonista tanto do neofascismo, quanto do imperialismo global (FARIAS, 2013a; 2013b; 2015), que implica formas autoritárias seja no centro, seja na periferia do sistema. No Brasil, as contrarreformas do aparelho estatal e da constituição, sobretudo depois do golpe de Estado de 2016, correspondem à configuração de exploração ultraliberal e predatória da natureza, bem como de dominação política e humilhação social neofascistas (marcadas pelo pinochetismo bolsonarista), própria à nova inserção agroexportadora e entreguista do país periférico no capitalismo neoliberal e globalizado. Portanto, vinculada à resolução da crise do capital como um todo e, portanto, com as lutas econômicas (intercapitalista e de classes) uma nova tendência ao fascismo, em vez de repetição histórica, tem especificidades temporais e espaciais (POULANTZAS, 1975; MACCIOCCHI, 1977; MANDEL, 1974).

O marxismo crítico e revolucionário sublinhou não ser contrário às reformas que melhorem as condições de vida do proletariado dentro da ordem burguesa. Embora isto não signifique aderir ao reformismo e abandonar a luta contra a ordem burguesa (LUXEMBURG, 1972). Mostra-se, abaixo, que esta posição marxista resta atual e pode perfeitamente ser aplicada na abordagem da transição do pinochetismo bolsonarista ao social-liberalismo lulista.

Ao abordar a democratização como um processo temporal e espacial, seja para manter (dentro da ordem), seja para superar o capitalismo (contra a ordem), o texto abaixo passa tanto por um momento teórico de atualização da análise concreta, quanto por um momento de abordagem da experiência atual, na situação concreta do Brasil. Neste artigo, as categorias da análise concreta, como o Estado, o capital e o fascismo, que trazem a marca da história, são aplicadas à situação concreta deste país periférico, enquanto especificação histórica e não como repetição da história.

Ao se buscar totalizar dialeticamente a teoria e a práxis revolucionária, diante da experiência brasileira recente de retrocesso no processo de democratização capitalista, como barbárie do presente e não como espectro do passado, cabe uma atualização das contribuições de Luxemburg e Lenine sobre a ditadura do proletariado, enquanto experiência de democratização que leva ao comunismo.

2 A ATUALIZAÇÃO DOS DILEMAS DE LUXEMBURG

Em recusa ao ecletismo, ao fatalismo e ao conformismo, vale a pena retomar hoje certos dilemas capitais atinentes à hipótese da

² Este artigo não se refere a uma grande transformação sem frases, mas a uma grande transformação social e histórica. Vários autores, como Karl Polanyi (1980) e Giovanni Arrighi (1996), caíram na reificação do pêndulo, que oscilaria entre as primazias do Estado e do mercado. O mesmo raciocínio mecanicista foi aplicado ao Brasil, em termos de autoritarismo e democratização por Fernando Henrique Cardoso (1975). Em geral, nas lutas econômicas horizontais e verticais o intelectual orgânico da burguesia civilizada não visa as causas, mas as consequências fenomênicas atinentes à exuberância financeira e à desigualdade de renda. Por isso mesmo resta preso ao subconsumismo e louva a Santa Trindade, uma reificação desvendada pela crítica da economia política, a saber: Terra, Trabalho e Capital (MARX, 1976). Para certos marxistas (CHESNAIS, 2016), as fases do capitalismo industrial oscilam entre as primazias do capital-função (industrial e comercial) e do capital-propriedade (financeiro). Por sua vez, uma macroeconomia superficial, marcada pela reificação numérica, presa na aparência imediata da crise do capitalismo na fase de financeirização, retoma a bandeira do combate ao rentismo e à má distribuição de renda (PIKETTY, 2013).

luta de classes como motor da história, formulados de modo materialista e dialético, inseridos no quadro do capitalismo imperialista há mais de um século, por Luxemburg (1984; 1971; 1972; 2009). Destacam-se as questões seguintes: Reforma social ou revolução? Vitória ou derrota militar? Democracia burguesa ou socialista? Socialismo ou barbárie? Em cada caso,

o fato de ter colocado a questão representa por si mesmo um grande passo à frente. Nisso reside toda a originalidade e o mérito de Rosa, que ela não se tenha contentado com fórmulas gerais sobre as contradições inerentes ao modo de produção capitalista [...] Que as respostas que ela deu a essas questões sejam insuficientes e, em parte, errôneas, é, em definitivo, menos importante do que o fato de que ela tenha compreendido que havia ali efetivamente questões para as quais o próprio Marx não havia dado respostas. (LUXEMBURG, 1971, Prefácio de Ernest Mandel, p. XXVI).

Demonstrando uma ampla e efetiva capacidade de pensar por si mesma, a marxista judia-polonesa-alemã explicitou estes dilemas, clara e objetivamente, em pouco mais de duas décadas que antecederam o seu assassinato³. Ela abordou de modo crítico e revolucionário o antagonismo entre as potências europeias (após a guerra franco-alemã de 1870) e os eventos do capitalismo imperialista (desde o último quarto de século XIX), que levaram à 1ª Grande Guerra Mundial – à acumulação de capital e à sua violenta expansão planetária, com ocupação de áreas não capitalistas e conquistas coloniais. Ela participou ativamente tanto das experiências revolucionárias centrais e periféricas, quanto do debate histórico no seio da ideologia social-democrata que vinculava a questão da guerra à questão social, em que importava decidir se as organizações proletárias seriam simples instrumentos de reforma dentro da ordem burguesa nacional ou se seriam organismos de revolução internacional contra a ordem do capitalismo imperialista. Neste quadro, conforme as necessidades e os interesses de classe da burguesia, o Estado nacional se torna premissa e mediação da opressão do proletariado numa situação concreta⁴. Portanto, “a igualdade civil das nacionalidades e a organização política que assegura o desenvolvimento da cultura nacional, este é [...] o programa classista natural do proletariado, o qual emana de suas posições de classe diferenciadas das do nacionalismo burguês.” (LUXEMBURG, 1988, p. 72). Além disso, a opressão nacional se combina com a injustiça social, de modo que há uma “estreita relação entre as guerras imperialistas e as guerras de libertação nacional e a revolução” (MANDEL, 1989, p. 20), como guerra de classes em situação de crise global. Como relatou Trotsky (1967), sem a grande crise do capitalismo imperialista que levou à 1ª Grande Guerra Mundial, bem como a sua transformação pelo partido bolchevique, de modo consciente e democrático, em guerra entre as classes fundamentais, a Revolução Russa não seria vitoriosa. Com efeito, “um partido revolucionário tem necessidade de uma democracia interna: a vontade de luta não se insere em fórmulas frias e não é ditada pelo alto, a cada ocasião, é preciso renová-la e revigorá-la” (Ibid., Tomo 2, p. 538), através da absorção das demais práxis conscientes que integram o movimento revolucionário. Sob a direção de Lenine,

a forte absorção do partido bolchevique se manifestava não na ausência de dissentimentos, de hesitações e mesmo de abalos, mas no sentido de que, nas circunstâncias das mais difíceis, ele saía no tempo requerido das crises internas e se assegurava a possibilidade de uma intervenção decisiva no evento. Isto significa, também, que o partido, no seu conjunto, era um instrumento perfeitamente adequado para a revolução (Ibid., Tomo 2, p. 539).

Como é próprio ao marxismo herdeiro da filosofia clássica alemã, que pensa concreta e dialeticamente por si mesmo os fenômenos objetivos, “toda tentativa de estudar num nível sério a história de um problema conduz necessariamente o pesquisador a colocar, para a época que o interessa, o problema da história no seu conjunto” (GOLDMANN, 1970, p. 17). Atinente à realidade e à possibilidade, à subjetividade e à objetividade, à causa e ao efeito, ao avançado e ao atrasado etc. numa totalização concreta que envolve a gênese, o desenvolvimento e a superação. Assim, a 1ª Grande Guerra Mundial entre potências imperialistas, “reduzida a sua significação histórica objetiva, no seu conjunto, é uma competição do capitalismo em pleno florescimento para a hegemonia mundial, para a exploração dos últimos restos das zonas não capitalistas do globo” (LUXEMBURG, 2009, p. 239-240). As obras de Luxemburg (1984; 1971) sobre as relações dialéticas entre economias mercantis simples ou desenvolvidas e comunidades primitivas

ganham uma relevância renovada hoje, quando se assiste, em várias regiões do mundo, mas especialmente na América Latina - México, Equador, Bolívia, Peru, entre outros - na luta das comunidades camponesas e indígenas, com as tradições pré-capitalistas ainda vivas, pela defesa de suas florestas, suas terras e seus rios, contra as empresas multinacionais de petróleo e mineração, o agronegócio capitalista e as políticas neoliberais dos governos, responsáveis por desastres sociais e ecológicos cada vez mais graves (LÖWY, 2010, p. 32).

Adota-se aqui a abordagem dos marxistas que “refletem sobre um evento real”, de modo algum para “recuarem” por temperamento

³ Em 15 de janeiro de 1919, em Berlim, paramilitares assassinaram Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht, a mando de Gustav Noske, dirigente do partido socialdemocrata alemão, que estava no poder (cf. matéria publicada no Jornal L'Humanité, Paris, em 17/01/1995. Disponível em: <http://comprendre-avec-rosa-luxemburg.over-blog.com/article-32413963.html> Acesso em: 19 out. 2016).

⁴ Para abordar a situação concreta do proletariado como uma totalidade expressa por um silogismo, considera-se que a classe capitalista exerce sobre aquela classe subalterna a opressão (sentido amplo), sob as formas da universalidade da exploração econômica e da especificidade da opressão (sentido estrito) que envolve tanto a particularidade da dominação política, quanto a singularidade da humilhação social.

oportuno, cauteloso ou nostálgico, como “também não se refugiam no passado, mas começam a compreender seu próprio presente” (KOSIK, 2003, p. 241). Com efeito, “o aspecto fundamental do evento é que ele não se resolve jamais numa questão resolvida, mas que a cada geração ele abre suas possibilidades ocultas e que cada época encontra nele o que vai incitá-lo a resolver seus problemas” (KOSIK, 2003, p. 241). Por exemplo, na questão da crise da social-democracia europeia, decorrente de seus equívocos diante da crise capitalista mundial que desembocou na barbárie guerreira imperialista, no início do século XX, “o socialismo só estaria perdido se o proletariado internacional não quisesse, de maneira alguma, avaliar a profundidade de sua queda, nada aprender com isso” (LUXEMBURG, 2009, p. 9)⁵. De fato,

o proletariado moderno sai de outro modo das provações históricas. Gigantescas como suas tarefas são também suas faltas. Nenhum esquema traçado por antecipação, válido uma vez por todas, nenhum chefe infalível, lhe indica a via a ser seguida. A experiência histórica é sua única instrutora, o caminho espinhoso de sua liberação não é somente pavimentado de sofrimentos desmedidos, mas também de inúmeros erros. Alcançar o fim de seu trajeto, a sua liberação, depende da aptidão do proletariado de tirar a lição de suas próprias faltas. A autocrítica sem complacência, cruel, a autocrítica indo até o fundo das coisas, é o ar vital e a luz vital do movimento proletário (Ibid.).

Ao contrário do que dizem certos populistas neo-gramscianos, como Laclau e Mouffe (2009, p. 35), ainda é pertinente uma análise concreta da questão social e da questão ecológica, – no sentido crítico e revolucionário esboçado por Luxemburg no início do século XX –, na situação concreta do capitalismo industrial pós-moderno, em que “o desenvolvimento material da produção e sua forma social entram em conflito” (MARX, 1976, L. III, p. 795), de modo cada vez mais agudo. Em geral, a “filosofia da práxis” aborda os seres naturais e sociais enquanto “totalidade concreta”, a saber, “como unidade do homem e do mundo em devir, na medida em que esta unidade não implique nem que o homem seja absorvido pelo mundo, nem que o mundo se dissolva na subjetividade humana” (KOSIK, 2003, p. 93). Enquanto “a ecologia pensa que é suficiente preservar o meio ambiente. A filosofia julga que é preciso salvar o mundo” (KOSIK, 2003, p. 88). Especificamente, “falta a essa tendência ecológica uma teoria geral da relação entre o espaço e a sociedade” (LEFEBVRE, 2000, p. XX). Na abstração racional que separa os espaços social e natural,

Reduzir, é um procedimento científico, diante da complexidade e do caos das constatações imediatas. É preciso simplificar inicialmente, mas em seguida e rapidamente restituir progressivamente aquilo que a análise separou. Sem isso, a exigência metodológica se transforma em servidão e da redução legítima se passa ao reducionismo. (LEFEBVRE, 2000, p. 126).

Na situação cultural pós-moderna do capitalismo industrial, no momento atual da revolução burguesa conservadora (desencadeada há 40 anos), marcada pela primazia imperialista do mercado livre e eterno, marxistas e neo-gramscianos são críticos do neoliberalismo (globalização e reestruturação do capitalismo), mas são distintos quanto à estratégia lógica e histórica de luta contra a destruição do homem e da natureza⁶. A diferença decorre do fato de que “a relação entre a consciência e o ser se articula para o proletariado de outra maneira relativamente a qualquer outra classe que já apareceu na sociedade; que a função ativa da consciência de classe do proletariado encontra em período de revolução uma nova significação” (LUKÁCS, 2001, p. 30). Trata-se de uma luta social e ecológica que concerne naturalmente seja a multidão concreta (isto é, o proletariado) na perspectiva marxista, seja a multidão abstrata (isto é, o povo) na perspectiva neo-gramsciana⁷. Este debate interessa às experiências mundiais de luta anticapitalista, em nova situação de grande crise global, como no caso do movimento francês dos Coletes Amarelos, que denunciam desde a “queda da biodiversidade e o perigo nuclear”, até a mercantilização dos “bens comuns” e “a taxa carbono” enquanto “falsa ecologia punitiva”, especificamente; e, geralmente, afirmam lutar contra a “mesma lógica de exploração infinita do capitalismo que destrói os seres humanos e a vida sobre a terra”, através de “um novo movimento social, ecológico e popular”, que exige um processo de democratização atinente à sociedade e à ecologia (Apelo em favor da convergência ecológica, Saint-Nazaire, 7/4/2019).⁸ A grande crise atual implica novas formas de destruição do homem e da natureza:

Juntamente com as suas expressões estritamente econômicas, incluindo a estagnação da taxa de crescimento mundial do PIB per capita, as alterações climáticas, a perda da biodiversidade, ou mais precisamente à escala planetária, a extinção das espécies animais e vegetais, e o esgotamento de muitos recursos não muito ou muito lentamente renováveis, estão em ritmos diferentes em diferentes pontos do globo solapando as condições ecossistêmicas necessárias à reprodução social e criando os contextos de confronto políticos e sociais, nacionais e internacionais, de guerras de classes e de guerras entre povos e entre

⁵ Para ela, “sem liberdades democráticas é impossível a práxis revolucionária das massas, a autoeducação popular pela experiência prática, a autoemancipação revolucionária dos oprimidos e o próprio exercício do poder pela classe trabalhadora” (LÖWY, 2013, p. 1). Sobre o princípio democratização socialista, no apoio crítico de Luxemburg (1978, tomo II, p. 65 et seq.) aos bolcheviques: Farias (2018).

⁶ “Se as análises marxistas são justas e se – como elas nos ensinam – a vida intelectual está estreitamente ligada à vida econômica, social e política dos homens, é evidente que esta afirmação também é válida para a própria história do pensamento marxista, que não pode escapar à influência da realidade social no seio da qual se desenvolve” (GOLDMANN, 1984, p. 75-76). Assim, “na discussão entre Lenine e Rosa Luxemburg, o primeiro reflete, mais frequentemente, a experiência russa, ao passo que Rosa Luxemburg desenvolve suas teorias à luz da experiência alemã” (GOLDMANN, 2014, p. 66).

⁷ Teixeira (2017) fez uma crítica do uso da categoria spinoziana multidão pelos pós-marxistas Michael Hardt e Antonio Negri. Sobre o uso da mesma categoria na abordagem marxiana do proletariado, ver Farias (2015, p. 53).

⁸ Disponível em: https://www.syllepse.net/syllepse_images/articles/gilets-jaunes--tome-2.pdf Acesso em: 13 abr. 2019.

Estados (CHESNAIS, 2018, p. 12-13).

Porém, na pax imperialis do início do século XXI, como na pax britannica do capitalismo imperialista do início do século XX, os proletários não morrerão sempre calmamente (KEYNES, 2002). Portanto, as questões formuladas por Luxemburg não serão retomadas hoje para afirmar a existência objetiva de um impasse econômico no quadro do imperialismo global, mas para destacar a tarefa histórica de sua superação socialista pelo proletariado, como sujeito coletivo revolucionário, de modo que “esta tarefa exige uma transformação total do Estado e uma mudança completa dos fundamentos econômicos e sociais da sociedade” (LUXEMBURG, 1969, p. 228). Assim,

a luta pelo socialismo é a guerra civil mais fantástica que a história do mundo já experimentou, a revolução proletária deve se dotar dos meios necessários, ela deve aprender a utilizá-los para lutar e vencer. Dotar, desse modo, a massa compacta da população trabalhadora da totalidade do poder político para que ela realize as tarefas revolucionárias é aquilo que se chama a ditadura do proletariado: a democracia verdadeira (LUXEMBURG, 1969, p. 233).

Portanto, sob o pretexto socialista conservador (pequeno burguês) de defender a democracia sem frases, não é correto construir um luxemburgismo oposto ao leninismo, sobre a autêntica ditadura do proletariado (para superar o capital e extinguir o Estado burguês), a partir dos pontos de vista expressos por esta autora sobre a construção do socialismo como um processo de democratização, em que as relações entre reforma e revolução são dialéticas e historicamente determinadas.

3 A ATUALIZAÇÃO DA DIALÉTICA DE LENINE

O marxismo crítico e revolucionário de Lenine (1973) sublinhou a herança hegeliana tanto na categoria central da totalidade (que se exprime como um silogismo), quanto na categoria fundamental da contradição, na própria essência dos fenômenos do capitalismo. Assim, o processo de democratização para a extinção da estrutura do Estado capitalista implica a superação das condições objetivas de divisão do trabalho (incluindo as bases econômicas do Estado) que fazem com que a luta de classes continue existindo. Não deve ser ideologicamente absolutizada ou reificada a experiência histórica do “socialismo real”, que fracassou na implementação deste princípio de democratização socialista (FARIAS, 2018). Resta atual o fato de que a emancipação da exploração, da dominação e da humilhação do homem pelo homem passa pelo processo de democratização, nos domínios econômico, social e político, enquanto tarefa do próprio proletariado, com suas organizações e seus intelectuais orgânicos.

Segundo Lenine (1975, vol. 1, p. 458), “o proletariado, que combate pela democracia na frente e na cabeça de todos, não deve esquecer um instante as novas contradições inerentes à democracia burguesa, como também a nova luta” por sua superação, através de uma democracia proletária. Neste caso, para Lenine (1975, vol. 3, p. 370), “a ditadura é exercida pelo proletariado organizado nos sovietes e dirigido pelo partido comunista...”⁹ Também, para Luxemburg (1969, p. 228), somente “quando as massas dos milhões de proletários empunham com suas mãos calejadas a totalidade do poder do Estado, como o deus Thor erguendo seu martelo, para abatê-lo sobre a cabeça das classes dominantes, aí então existe uma democracia que não seja um engodo”. Embora preferindo a concepção leninista do partido, enquanto “elemento consciente e ativo”, no fim das contas, Lukács (1972, p. 44) apreendeu a proximidade metodológica entre Lenine e Luxemburg, especialmente sobre a importância crítica da *consciência de classe*,¹⁰ na superação histórica do capitalismo (LUKÁCS, 1976, p. 56), no fazer e no agir revolucionário do proletariado, que implica um processo de democratização socialista¹¹ capaz de realizar a extinção do Estado burguês. Um e a outra estão centrados na totalização dialética de fins e meios, em que o resultado seria reacionário e absurdo se este processo de transição socialista não fosse uma emancipação proletária da exploração, da dominação e da humilhação burguesas, construída por intermédio da democracia política. Por isso mesmo, a ditadura do proletariado é sinônimo de democracia proletária. Nada mais é do que um falso debate, polarizar um contra a outra, como se eles considerassem as formas envolvidas na mesma

⁹ Cujas “disciplina” é “sustentada”, “cimentada” e “controlada” de maneira engajada, não-sectária e democrática, a saber: “Em primeiro lugar, pela consciência da vanguarda do proletariado, sua dedicação à revolução, sua firmeza, seu espírito de sacrifício, seu heroísmo. Em segundo lugar, por sua aptidão em se vincular, se aproximar e, se quiser, se fundir até certo ponto com a massa mais ampla dos trabalhadores, sobretudo com a massa proletária, mas também a massa dos trabalhadores não proletária. Em terceiro lugar, pela justeza da direção política realizada por esta vanguarda, pela justeza de sua estratégia e de sua tática políticas, sob a condição de que as enormes massas se convençam desta justeza por sua própria experiência” (LENINE, 1975, vol. 3, p. 352).

¹⁰ Isto é, “o conjunto das consciências individuais e de suas tendências tais que elas resultam da influência mútua dos homens uns sobre os outros e de suas ações sobre a natureza” (GOLDMANN, 2014, p. 108). Caso o proletariado se integre ao capitalismo imperialista, uma vez abstraída a sua consciência de classe, “a inteligência e o caráter das massas são incomparavelmente inferiores à inteligência e ao caráter dos poucos que produzem algo de valioso para a comunidade” (EINSTEIN, 2017, p. 21). Em compensação, “jamais a massa popular pode se mostrar um criador tão ativo da nova ordem social do que durante a revolução. Nessas épocas, o povo é capaz de fazer milagres, se a gente se coloca na perspectiva estreita, pequeno-burguesa, do progresso gradual. Mas, é preciso, ainda, que os dirigentes dos partidos revolucionários, nesses momentos, saibam formular suas tarefas com mais amplitude e perspicácia...” (LENINE, 1975, vol. 1, p. 527).

¹¹ As grandes transformações políticas democráticas “não podem jamais, em nenhum caso, quaisquer que sejam as condições, nem atropelar, nem enfraquecer a palavra de ordem da revolução socialista” (LENINE, 1975, vol. 1, p. 648).

totalização dialética, a saber, o partido e a consciência de classe em relação de exterioridade estrutural, priorizando unilateralmente seja a determinação formal, seja a determinação funcional de uma categoria pela outra. Na realidade, são os polos da mesma relação dialética de causa e efeito, de modo que separado por abstração da consciência de classe, o partido torna-se um efeito da atuação da consciência de classe, enquanto separada por abstração do partido, a consciência de classe torna-se um efeito da atuação do partido. Portanto, “o partido que tem por função preparar a revolução torna-se ao mesmo tempo – e no mesmo grau de intensidade – produtor e produto, pré-requisito e fruto dos movimentos revolucionários de massa” (LUKÁCS, 1972, p. 43-44). Em suas elaborações decisivas para a emancipação proletária, tanto Luxemburg (1978), quanto Lenine (1975) se posicionaram de maneira clara e evidente sobre o fato de que a totalização entre o partido e a consciência de classe envolve os polos de uma mesma relação dialética. No capitalismo imperialista das primeiras décadas do século XX, a “classe dominante”, que personificava a totalidade do capital industrial (na produção e na circulação, no país e no mundo), estava implicada numa “guerra imperialista de rapina”, estava “pronta para defender seu monopólio, seus privilégios e seus lucros pela violência, quaisquer que sejam os meios” (1975, vol. 1, p. 768). Assim, ao realizar o balanço da 1ª revolução russa de 1905 e a antecipação concreta do processo revolucionário vitorioso de fevereiro e outubro de 1917, no contexto do capitalismo imperialista em guerra mundial, Lenine (1975, p. 781) constatou que a revolução proletária teria significado e porte bem mais amplo do que a revolução burguesa, por evidenciar dois aspectos, a saber: “por um lado, que somente combates implacáveis, a saber, guerras civis, podem liberar a humanidade do jugo do capital e, por outro lado, que somente os proletários tendo uma consciência de classe desenvolvida podem intervir e intervirão na qualidade de chefes da imensa maioria dos explorados” Na consolidação da práxis consciente dos proletários, “sua educação se faz quando eles passam à ação. No começo era a Ação, eis aqui a divisa; e a ação é que os conselhos de operários e de soldados se sintam convocados para se tornarem a única potência pública no Império e aprendam a sê-lo” (LUXEMBURG, 1978, tomo II, p. 127).

Para Lenine (1975, vol. 1, p. 771), uma autêntica “educação das massas”, do mesmo modo, “não pode jamais ser separada de uma luta política independente e, sobretudo, da luta revolucionária das massas elas mesmas. Só a ação educa a classe explorada, só ela lhe dá a medida de suas forças, amplia seu horizonte, acresce sua capacidade, ilumina sua inteligência e aduna sua vontade”. No posfácio da primeira edição do seu livro sobre O Estado e a revolução, em que a ditadura do proletariado é abordada enquanto democracia proletária, na busca da superação das condições objetivas que fazem com a luta de classes continue existindo, Lenine (1975, vol. 2, p. 376) disse que fora “impedido” de concluir esta obra porque “é mais agradável e mais útil de fazer a experiência de uma revolução do que escrever sobre o assunto”. Isto não é surpreendente para um filósofo da práxis que dizia: “para aprender a nadar, é preciso se lançar na água” (LENINE, 1973, p. 195). No capitalismo imperialista, ocorrem relações historicamente determinadas dos homens com a natureza e no domínio do ser social, em que

a prática revolucionária é o produto do ser social. Mas, ela não nasce por si só, espontaneamente, neste terreno: é preciso, primeiramente, que os trabalhadores tomem consciência das condições sócio-históricas de sua atividade, das tendências objetivas da evolução histórica que suscitam esta atividade e apontam para formas sociais novas; é preciso, em seguida, que eles portem esta consciência (compreensão da prática; consciência de classe) até o nível de uma prática revolucionária (LUKÁCS, 2001, p. 112).

Além de recusar o oxímoro socialista conservador (ontem proudhoniano, hoje social-democrata), a abordagem crítica e revolucionária se posiciona contra “a tendência a conceber o marxismo exclusivamente como uma doutrina social, uma filosofia social, ignorando ou rejeitando com isso a tomada de posição que ele contém em relação à natureza” (LUKÁCS, 2001, 1976, posfácio, p. 392). O materialismo dialético que lhes é comum não admite um dualismo real entre a natureza e a sociedade (MARX; ENGELS, 1976, p. 14, nota 3), que são formas de existência articuladas que só se separaram em abstrações racionais, bem distintas dos isolamentos irracionais.

Em síntese, de acordo com o marxismo crítico e revolucionário, o homem, ao vivenciar uma experiência feita com o mundo natural e social, totaliza concretamente o ser social e a consciência social, a práxis revolucionária e a teoria revolucionária, sob o critério da primazia ontológica do primeiro sobre o segundo dos elementos que formam a unidade real, especialmente da questão ecológica e da questão social.

4 O PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO NO BRASIL

Na regulação da crise do capital como uma totalidade (ver Quadros 1 e 2, acima), através do processo de mutação reformista da estratégia burguesa diante do mercado livre e eterno, ocorre o risco de desembocar numa nova ordem estatista autoritária, diante da qual o dilema classista de base resta a ruptura proletária ou a sua integração, em que

o Estado fascista seria, então, o revelador do Estado intervencionista, no qual existem em estado latente tendências opressivas que se manifestam em caso de crise política [...] Neste caso, pode-se dizer que ocorre a liquidação da classe operária como sujeito político, e submissão ao Estado por meios dos aparelhos corporativos da força de trabalho como objeto político. (BRUNHOFF, 1976, p. 57).

Para além das experiências estatais e contratuais, corporativistas e positivistas providenciais, portanto, convém não esquecer os casos de socialização intervencionista burguesa, em que as acomodações (antinômicas, holísticas, estruturalistas, etc.) do Estado e do grande capital foram se tornando, em casos de grande transformação social e histórica, uma reviravolta totalitária (SCHIMITT, 1988, p. 151 et seq.), cujos regimes políticos periféricos e colaboracionistas “sistematicamente favoreceram a implantação do capitalismo imperialista estrangeiro” (POULANTZAS, 1975, p. 25).¹²

No Brasil de hoje, considerando o vínculo militarista do neofascismo que adveio do golpe de 1964 com o neofascismo advindo do golpe de 2016, constata-se que a montanha pariu um rato. Dentre as alternativas abertas pela grande crise atual, considera-se aqui os seus prolongamentos em termos de catastróficas soluções socioeconômicas ultraliberais e políticas neofascistas, cujo enfrentamento pelo proletariado como um todo não deve enveredar através de isolamentos estruturalistas e sociológicos burgueses, em que a luta de classes determinada por razões de exploração econômica é isolada das lutas sociais determinadas por razões de dominação política e humilhação social.

Na atual conjuntura importa examinar a relação dialética entre a reprodução equilibrada e coerente do capital e do seu Estado para a qual tendia o antigo processo de totalização agora em vias de ser superado numa grande crise global, de um lado; e, do outro lado, a configuração para a qual tende o capitalismo imperialista global atualmente em curso. O proletariado como seu antagonista de classe deve totalizar tanto a luta contra a exploração econômica, a dominação política e a humilhação social, quanto a dialética entre luta de classe e consciência de classe (real e possível). Em vez de adotar uma posição antinômica, holística, estruturalista, positivista, etc., para escolher entre a reforma (real) ou a revolução (ideal), o intelectual orgânico do proletariado assume o materialismo dialético, para a questão estratégica sobre “quais são as forças reais de transformação, qual é a maneira de encontrar na realidade, no objeto, na sociedade, o sujeito da transformação, para tentar falar na sua perspectiva e assegurar, sabendo perfeitamente quais são os riscos de fracasso, o caminho para o socialismo” (GOLDMANN, 1975, p. 181).

No Brasil, a possibilidade de retrocesso contrarrevolucionário se viabilizou, a partir de 2016, com golpe de Estado e eleições manipuladas (em 2018), que estrangularam a autonomia proletária e a soberania nacional. Sob este ponto de vista, após o fracasso da experiência social-liberal (uma variante do socialismo conservador), a potência sub-imperialista brasileira neofascista do século XXI restou fiel ao velho militarismo neofascista entreguista do século XX (evidentemente, a categoria neofascismo está sendo usada aqui para distintas situações concretas), como ilustram os casos específicos das grandes empreiteiras da construção civil, da Embraer, da Base de Alcântara, da Petrobrás, da Eletrobrás e dos Correios. Na conjuntura latino-americana, o liberalismo keynesiano assumido pelo socialismo pequeno-burguês se insere no leque das alternativas, pois

os países da América Latina são vítimas de uma “desindustrialização precoce” que se acelera. Tal é o preço de uma inserção na mundialização repousando sobre a renda das matérias-primas. As consequências sobre o emprego, o meio ambiente e as desigualdades são dramáticas. Somente políticas de modernização da indústria e uma dinamização do mercado interno através da redistribuição são suscetíveis de barrar aquela dinâmica (SALAMA, 2019, p. 1).

No sentido próprio, a nova ordem brasileira, depois do golpe de Estado de 2016, evoluiu rapidamente, para além do mito de repetição sub-imperialista do capitalismo financeiro e totalitário neofascista, para uma configuração capitalista periférica ultraliberal de desindustrialização e reprimarização neocolonialista, sustentada pela violência do militarismo entreguista da riqueza (social e natural) e da soberania nacional ao imperialismo global, sob a hegemonia estadunidense. Portanto, nas patriotadas atuais das classes dirigentes brasileiras, “os interesses nacionais só servem de pretexto para colocar as massas trabalhadoras do povo a serviço de seu inimigo mortal, o imperialismo” (LUXEMBURG, 2009, p. 268). Em compensação, na passagem dialética do programa mínimo ao programa máximo, na medida em que, para além da necessidade de eleger um novo governo legítimo do ponto de vista da soberania nacional e da autonomia proletária,

bem mais, deve-se expor o programa de ação deste governo, programa conforme à situação histórica objetiva e às tarefas da democracia proletária. Trata-se, então, do... programa das transformações políticas e econômicas imediatas, necessárias e perfeitamente realizáveis, no terreno das relações econômicas e sociais atuais, de um lado; e, do outro, para dar um novo passo à frente, para realizar o socialismo (LENINE, 1975, p. 458).

¹² Basta lembrar que, em 1871, na época da Comuna de Paris, “a burguesia francesa, para massacrar o movimento proletário, não hesitou um segundo em fazer mercado com o inimigo nacional, com o exército estrangeiro, que acabara de arruinar sua pátria” (LENINE, 1975, vol. 1, p. 68). Na década passada, a famigerada Operação Lava Jato, conduzida pelo juiz Sérgio Moro atacou as principais empresas brasileiras, numa guerra híbrida manipulada pelos Estados Unidos.

Na atual conjuntura brasileira, a consciência de classe necessária ao desempenho desta tarefa de passagem dialética do programa mínimo ao programa máximo (que exige efetiva propaganda, agitação e organização) é dificultada pelo fato de que a guerra entre classes encontra-se oculta em reificações como a guerra ao coronavírus, todos no mesmo naufrágio, salvação do trabalho e do capital, etc. implicando seja o confinamento generalizado por falta de teste, vacina, material e equipamento adequados à situação de crise sanitária, seja a superação irracional da mesma por métodos autoritários e negacionistas da ciência. Por outro lado, conforme a realpolitik reformista (otimista da razão e pessimista da vontade), em que a consciência de classe real tem primazia sobre a consciência de classe possível, o programa da frente ampla (liderada pelo lulismo) se limita ao combate institucional, defensivo e paliativo – obnubilado pela exuberância financeira e pela desigualdade de rendimentos (ver os Quadros 1 e 2, acima), que lhe incita certa retomada do reformismo keynesiano, temperado com desenvolvimentismo e populismo de esquerda.

No movimento de um grupo popular amplo contra a barbárie para o retorno à estabilidade da civilização capitalista, se é certo que

o político que se contenta em querer obter um sucesso eleitoral ou em conservar um lugar dirigente pode limitar-se a um conhecimento intuitivo ou científico da consciência real do grupo, qualquer tentativa para transformar a estrutura deste último coloca o problema do grau de solidez dessa consciência real e dos limites em que ela pode ser modificada, antes que a própria estrutura atual do grupo tenha sido transformada de maneira radical (GOLDMANN, 1984, p. 33).

O historicismo tem uma razão dualista, limitada entre o passado e o presente, que ignora a questão da consciência possível, isto é, não coloca a questão da democratização socialista, voltada para a utopia concreta de superação do capitalismo em seu momento de crise estrutural. Assim, a realpolitik reformista (encabeçada pelo lulismo em frente ampla), implementando um governo democrático e popular (populista de esquerda), em substituição ao governo bolsonarista (populista de direita), não vai conter e neutralizar a luta de classe do proletariado, cuja emancipação tornou-se urgente na situação concreta da crise dos tempos pós-modernos (FARIAS, 2020), em que a resolução burguesa desencadeou uma guerra de classes, de modo que “a consequência que decorre hoje do materialismo histórico e que antigamente decorria de Rousseau ou da Bíblia, a saber o julgamento segundo o qual: « é agora ou jamais » que o horror acaba, era a cada instante de atualidade” (HORKHEIMER, 1978, p. 341).

Esse tipo de urgência existe na conjuntura brasileira, em que a barbárie se impôs à civilização, tanto pela malsucedida regulação social-liberal (socialismo conservador), quanto pela desastrosa desregulação ultraliberal (de direita ou de extrema-direita), o que explica, mas não justifica (como necessidade e suficiência) a alternativa de uma frente ampla referenciada na antinomia entre democracia (lulista) e ditadura (bolsonarista), no contexto reificado do capitalismo. O neofascismo se fortaleceu no Brasil, no quadro da democracia burguesa formal. Nas eleições recentes,¹³ os neofascistas foram eficientes, sobretudo na Região Sudeste, utilizando a manipulação no preço da gasolina e do gás, na ajuda aos pobres, na violência paramilitar, no orçamento secreto, na contrainformação, no assédio eleitoral direto, na compra de voto etc. Isto lhes garantiu ampla presença no poder legislativo. A Frente Ampla Democrática apostou muito na repetição do oxímoro no qual Lula é pai dos pobres e mãe dos ricos, um modelo de cima para baixo, sem recorrer à mobilização potente do proletariado enquanto classe para si. Nem o Deus do mundo sobrenatural, nem a vitória “milagrosa” de Lula livrará o país da instabilidade e da ameaça de golpe de Estado. A vitória “demoníaca” de Bolsonaro levaria à implementação do fascismo puro e duro. No final das contas, o direito à civilização e o direito à barbárie estão muito bem instalados nas instituições brasileiras no seu conjunto. Os marxistas sabem que entre direitos iguais é a força que ganha. Por enquanto, o proletariado como classe para si não colocou seu peso na balança, na medida em que sua luta e sua consciência de classe não caem do céu.

Diante dos efeitos da grande crise atual, resta a tarefa do marxismo crítico e revolucionário de construir uma frente única de esquerda capaz de se consolidar numa práxis consciente, sem medo de fracasso, articulada com o proletariado como um todo (população ativa e superpopulação relativa), em que suas diversas forças componentes se orientem para a superação da opressão (exploração econômica, humilhação social e dominação política) no país como um todo (campo e cidade), num processo de democratização socialista, em cada manifestação do ser social e histórico do proletariado, buscando sua autonomia de classe para si, de um lado; e, do outro, a soberania nacional diante do imperialismo global – esta frente única de esquerda triunfará seguramente, implementando o processo de transição socialista.

¹³ Para um breve balanço e perspectivas, ver MATTOS (2022).

5 CONCLUSÃO

Na grande transformação social e histórica, capaz superar a crise dos tempos pós-modernos, em vez de restar uma forma burocrática e passadista (stalinista ou social-democrata), a forma partido de esquerda deve se relacionar dialeticamente com a consciência de classe do proletariado no quadro do capitalismo neoliberal e globalizado, uma totalização concreta à altura da tarefa emancipatória em que “o partido é ao mesmo tempo o produtor e o produto da consciência de classe” (JAKUBOWSKY, 1971, p. 193), como foi sublinhado pelo marxismo crítico e revolucionário há mais de um século.

Deixa-se para outra ocasião uma exposição detalhada sobre o fato de que a consciência de classe do proletariado corresponde ao seu ser social, que, por sua vez, implica tanto o fazer no trabalho alienado, quanto o agir no tempo livre, em que tanto se erigem entraves pela natureza da vida cotidiana, quanto se realiza uma práxis, situada no espaço e no tempo, aberta para a utopia concreta de um mundo melhor, com transição socialista ao comunismo, através de criações culturais e ações políticas estratégicas e históricas para superar a exploração econômica, a dominação política e a humilhação social do homem pelo homem (FARIAS, 2022).

Recentemente, a regulação social-liberal da crise das relações de produção capitalistas nos tempos pós-modernos busca dourar a pílula da perpetuação da contradição entre a socialização objetiva das forças produtivas e a apropriação privada da riqueza (social e natural), descartando uma alternativa emancipatória radical, realmente revolucionária, ecosocialista, sob a hegemonia do proletariado. Aquela evolução reformista, em última instância, corresponde aos interesses geopolíticos do imperialismo global, em que o socialismo só é admitido como um fim em si mesmo, isto é, como um processo de socialização capitalista, desprovido da antecipação concreta de um mundo melhor comunista, através de um processo de democratização socialista, para alcançar a emancipação humana, tendo por divisa a cada um conforme suas necessidades e de cada um conforme suas possibilidades (MARX, 1975). Como solução da crise estrutural, em termos de sua causa imediata, sua causa mais profunda e sua causa última, conforme os interesses do proletariado em luta contra a destruição do homem e da natureza, trata-se do movimento real de superação do capital como uma totalidade que envolve produção e circulação, essência e aparência, objetividade e subjetividade, espaço e sociedade.

Posto que, especialmente em momento de crise estrutural, o capital como um todo (reificado como Terra, Trabalho e Capital) tende ao fascismo (reificado como Deus, Pátria e Propriedade), não se deve enfrentar um isolando-o do outro. Do mesmo modo que a exploração econômica, a dominação política e a humilhação social formam um todo, que se exprime como um silogismo (universalidade, particularidade e singularidade). Portanto, no processo de democratização, é equivocado o isolamento burocrático entre pautas econômicas, políticas, sociais (inclusive artísticas e culturais). Por outro lado, “a eleição de Lula”, com uma pauta de frente ampla democrática contra o neofascismo bolsonarista, é “uma grande vitória, mas só um primeiro passo” (MATTOS, 2022, p. 1). Ou melhor, acordou-se de um pesadelo, para dar um salto mortal primordial para a transição governamental do pinochetismo bolsonarista ao social-liberalismo lulista, que implica uma modificação na divisão capitalista do trabalho (nas bases econômicas do Estado propriamente dito), para melhorar a posição do proletariado na correlação de forças entre as classes sociais fundamentais.

Quanto ao pesadelo acordado do capital, na via inversa do processo de democratização socialista e, portanto, de acordo com o princípio privatista e mercantil da valorização capitalista de assegurar a cada um e de cada um o mesmo, o Estado pós-moderno (neoliberal) se intromete cada vez mais nas funcionalidades (em termos de premissa e mediação), nos domínios da produção de massa e do consumo de massa, necessárias à manutenção da configuração capitalista industrial neoliberal, geralmente marcada pela primazia da financeirização sobre a industrialização e a comercialização. Com a nova regulação burguesa da crise dos tempos pós-modernos desmoronou-se o mito do mercado livre e eterno, em que a expansão do capitalismo seria realizada natural e pacificamente, – ignorando a luta de classes –, através da economia pura e da recusa ao estatismo. Com a crise, também ocorreu no Brasil uma intromissão estatal abertamente voltada para a

vitória burguesa na guerra de classes em curso, que reafirma tanto o despotismo empresarial do capital-função (real), reestruturado para ampliar e aprofundar a exploração do trabalho alienado e da natureza, quanto a especulação financeira e o capital fictício, para socializar os prejuízos privados e privatizar os patrimônios públicos, a tal ponto que coloca em causa a própria subsistência (fisco-financeira) estatal e a sua capacidade de prestar serviços públicos de saúde, educação, segurança etc., conforme a Constituição.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry (1992). **O fim da história**. Rio de Janeiro: Zahar.
- ARRIGHI, Giovanni (1996). **O longo século XX**. Rio de Janeiro / São Paulo: Contraponto / Unesp.
- BIHR, Alain et al (2018). **Gilets Jaunes: Pourquoi et comment en être**. Paris: Syllepse. Disponível em: <https://www.syllepse.net/syllepse_images/gilets-jaunes--des-cles-pour-comprendre.pdf> Acesso em: 06/04/2019
- BRUNHOFF, Suzanne de (1976). **État et capital**. Paris: Maspero.
- CARDOSO, Fernando Henrique (1975). **Autoritarismo e democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CHESNAIS, François (2018). **La crise économique mondiale sans fin, l'interprétation et les conséquences**. Revista Fitos. Rio de Janeiro. (Ed. especial): pp. 11-28. Disponível em: <<http://revistafitos.far.fiocruz.br/index.php/revista-fitos/article/view/578>>. Acesso em: 27/05/2019
- _____. (2016). **Finance Capital Today**. Leiden/Boston: Brill.
- CLOUSCARD, Michel (2008). **Néo-fascisme et idéologie du désir**. Paris: Delga.
- EINSTEIN, Albert (2017). **Meus últimos anos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- FARIAS, Flávio Bezerra de (2022). **A consciência de classe na crise dos tempos pós-modernos**. Revista de Políticas Públicas, UFMA, 26 (Especial), 13-45, São Luís, 2022. Disponível em: <<https://periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/20259>> Acesso em: 08/11/2022
- _____. (2020). **A luta de classes na crise dos tempos pós-modernos**. Revista de Políticas Públicas. UFMA. Vol. 24, p. 11-33, São Luís. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/15088>>. Acesso em: 25/02/2021
- _____. (2018). **A Revolução Russa e o marxismo do século XX**. Revista de Políticas Públicas. Vol. 22, Especial. p. 87-128, São Luís. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/download/9777/5720>>. Acesso em: 12/05/2019
- _____. (2015). **Crise Global**. São Paulo: Xamã.
- _____. (2013a). **O modo estatal global**. São Paulo: Xamã.
- _____. (2013b). **O imperialismo global**. São Paulo: Cortez.
- FOSTER, John Bellamy (2002). **Ecology Against Capitalism**. Nova York: Monthly Review Press.
- GALBRAITH, John Kenneth (1982). **O Novo Estado Industrial**. São Paulo: Abril Cultural.
- GOLDMANN, Lucien (2014). **Sciences humaines et philosophie**. Paris: Delga.
- _____. (1984). **Epistemologia e filosofia política**. Lisboa: Presença.
- _____. (1975). **La création culturelle dans la société moderne**. Paris: Denoël.
- _____. (1970). **Marxisme et sciences humaines**. Paris: Gallimard.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio (2004). **Multitude**. Paris: La Découverte.
- _____. (2000). **Empire**. Paris: Exils.
- HORKHEIMER, Max (1978). **Théorie critique**. Paris: Payot.
- HUSSON, Michel. **"Biden: mirage ou miracle?"** Blog entreleslignesentrelesmots. Disponível em: <<https://entreleslignesentrelesmots.blog/2021/07/07/biden-mirage-ou-mirage/>> Acesso em: 01/07/2021
- JAKUBOWSKY, Franz (1971). **Les superstructures idéologiques dans la conception matérialiste de l'histoire**. Paris: EDI.
- JAMESON, Fredric (2010). **Valences of the Dialectic**. Londres / Nova York: Verso.
- _____. (1997). **As sementes do tempo**. São Paulo: Ática.
- _____. (1996). **Pós-Modernismo**. São Paulo: Ática.
- KATZ, Claudio. **Um detonador da crise potencializado pelo lucro**. Lahaine.org. Disponível em: <<https://katz.lahaine.org/b2-img/Umdetonadordacrisepotencializadopelolucr.pdf>>. Acesso em: 22/03/2020.
- KEYNES, John Maynard (2002). **As consequências econômicas da paz**. Brasília: UnB.
- KOSIK, Karel (2003). **La crise des temps modernes**. Paris : Les Éditions de la passion.

- LACLAU, Ernesto (2015). **La guerre des identités**. Paris : La Découverte.
- LACLAU, Ernesto ; MOUFFE, Chantal (2009). **Hégémonie et stratégie socialiste**. Besançon: Solitaires Intempestifs.
- LEFEBVRE, Henri (2000). **La production de l'espace**. Paris: Anthropos.
- LENINE, Vladimir I. (1975). **Œuvres choisies. 3 volumes**. Moscou: Éditions du Progrès.
- _____ (1973). **Cahiers philosophiques**. Paris: Sociales.
- LÖWY, Michael (2010). **Rosa Luxemburg et le communisme, Actuel Marx, 2 (n° 48), p. 22-32**. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-actuel-marx-2010-2-page-22.htm>>. Acesso em: 07/05/2019
- LÖWY, Michael (2013). **O humanismo revolucionário de Rosa Luxemburgo**. Le Monde Diplomatique Brasil, 2 abr.. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/o-humanismo-revolucionario-de-rosa-luxemburgo/>>. Acesso em: 17/05/2019
- LUKÁCS, Georges (2020). **A destruição da razão**. São Paulo: Instituto Lukács.
- _____ (2001). **Dialectique et spontanéité**. Paris: Les Éditions de la Passion.
- _____ (1989). **Socialisme et démocratisation**. Paris: Messidor / Sociales.
- _____ (1976). **Histoire et conscience de classe**. Paris: Minuit.
- _____ (1972). *La pensée de Lénine*. Paris : Denöel.
- LUXEMBURG, Rosa (2009). **La crise de la social-démocratie**. Paris : L'Altiplano.
- _____ (1988). **A questão nacional e a autonomia**. Belo Horizonte: Oficina de Livros.
- _____ (1984). **A acumulação do capital. 2 tomos**. São Paulo: Abril Cultural.
- _____ (1978). **Œuvres. Tomos I e II**. Paris: Maspero.
- _____ (1972). **Réforme ou révolution?** Paris: Spartacus.
- _____ (1971). **Introduction à l'économie politique**. Paris: Anthropos.
- _____ (1969). **Textes**. Paris: Sociales.
- LYOTARD, Jean-François. **Le postmoderne expliqué aux enfants**. Paris: Galilée, 1988.
- MACCIOCCHI, Maria Antonietta (1977). **Elementos para uma análise do fascismo**. Lisboa: Bertrand.
- MANDEL, Ernest. *Power and Money*. Londres / Nova York: Verso, 1992.
- _____ (1991). **Socialismo versus mercado**. São Paulo: Ensaio.
- _____ (1989). **O significado da segunda guerra mundial**. São Paulo.
- _____ (1982). **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural.
- _____ (1974). **Du fascisme**. Paris: Maspero.
- MARX, Karl (1977). **Contribution à la critique de l'économie politique**. Paris: Sociales.
- _____ (1976). **Le Capital. Livros I, II e III**. Paris: Sociales.
- _____ (1975). **Critique du Programme de Gotha**. Pékin: Langues Étrangères.
- _____ (1972a). **Misère de la philosophie**. Paris: Sociales.
- _____ (1972b). **Lettres sur "Le Capital"**. Paris : Sociales.
- MARX, Karl ; ENGELS, Friedrich (1976). **L'idéologie allemande**. Paris : Sociales.
- _____ (1975). **Manifeste du Parti communiste**. Paris : Sociales, 1975.
- _____ (1969). **La Sainte Famille**. Paris : Sociales, 1969, p. 48.
- MATTICK, Paul (1975). **MARX Y KEYNES**. México: Era.
- MATTOS, Marcelo Badaró (2022). **A eleição de Lula: uma grande vitória, mas só um primeiro passo**. Esquerdaonline. Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2022/11/02/a-eleicao-de-lula-uma-grande-vitoria-mas-so-o-primeiro-passo/>>. Acesso em: 06/11/2022
- MÉLENCHON, Jean-Luc (2019). **La semaine où rien n'a pu démobiliser**. Paris: L'Ère du Peuple : le Blog de Jean-Luc Mélenchon. 26 mar. Disponível em: <<https://melenchon.fr/2019/03/26/la-semaine-ou-rien-na-pu-demobiliser/>>. Acesso em: 06/04/2019
- MERCHET, Jean-Dominique (2016). **Opération Sentinelle : ce que dit le rapport confidentiel remis à Manuel Valls**. Paris: L'Opinion, 21 mar Disponível em: <<https://www.lopinion.fr/blog/secret-defense/operation-sentinelle-que-dit-rapport-confidentiel-remis-a-manuel-valls-99284>>. Acesso em: 21/05/2019
- NAVILLE, Pierre (2016). **Vers l'automatisme social?** Paris: Syllepse.
- PIKETTY, Thomas (2013). **Le capital au XXIe siècle**. Paris: Seuil.
- POLANYI, Karl (1980). **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Campus.
- POULANTZAS, Nicos (1975). **La crise des dictatures**. Paris: Seuil.

- SALAMA, Pierre (2019). **Amérique latine : goodbye industrie, hello stagnation. Alternatives Sud : Quêtes d'industrialisation au Sud.** Paris / Louvain-La-Neuve (Belgique): Éditions Syllepse / CentreTricontinenta, 174 p. Disponível em: <https://www.syllepse.net/quetes-d-industrialisation-au-sud-_r_24_i_784.html>. Acesso em: 30/06/2019
- SARTRE, Jean-Paul (2005). **Questions de méthode.** Paris: Gallimard.
- SCHIMITT, Carl (1988). **Parlementarisme et démocratie.** Paris: Seuil.
- SERFATI, Claude (2017). **Le Militaire: une histoire française.** Paris: Amsterdam.
- TEIXEIRA, Juliana Carvalho Miranda (2017). **La multitude et le prolétariat depuis les Forums Sociaux Mondiaux de 2001 à 2016.** 589 f. Tese (Doutorado em Sociologia / Políticas Públicas) – École Doctorale Sciences Sociales, Université Paris 8 Vincennes – Saint-Denis, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, UFMA, São Luís / Saint-Denis.
- TOMBAZOS, Starosky (2020). **Crise mondiale et reproduction du capital.** Syllepse: Paris.
- TROTSKY, Léon (1977). **Littérature et révolution.** Paris: UGE, 10/18.
- _____ (1976). **De la révolution.** Paris: Minuit.
- _____ (1967). **Historie de la révolution russe. 2 tomos.** Paris: Seuil.
- _____ (1938). **Programme de transition. Bulletin de l'Opposition,** No 66-67, maio-junho. Marxist Internet Archive. Disponível em: <<https://www.marxists.org/francais/trotsky/livres/trans/tran.pdf>> Acesso em: 15/04/2021
- VATTIMO, Gianni (1996). **O fim da modernidade.** São Paulo: Martins Fontes.
- WEBER, Max (1985). **Éthique protestante et l'esprit du capitalisme.** Paris: Plon.